

Cadernos Teologia Pública



A Constituição Dogmática *Dei Verbum* e o Concílio Vaticano II

Flávio Martinez de Oliveira

ISSN 1807-0590 • ano XII • número 102 • volume 12 • 2015

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

A Constituição Dogmática *Dei Verbum* e o Concílio Vaticano II

The Dogmatic Constitution Dei Verbum and the Second Vatican Council

Flávio Martinez de Oliveira
Universidade Católica de Pelotas

Resumo

Situa-se a *Dei Verbum* em seu contexto próximo e imediato até chegar ao Vaticano II. Nos séculos XIX e XX há avanços e restrições por parte dos documentos magisteriais e na teologia nos principais aspectos abordados no Documento: a Revelação, as fontes da Revelação, as relações entre Escritura e Tradição, a verdade bíblica, a inspiração e os autores divino e humano da Escritura, os métodos de exegese. A complexidade das questões abordadas e o candente debate entre os padres conciliares, com a assessoria dos mais eminentes teólogos, vêm descritos até se chegar à redação definitiva. Os principais temas e as questões que permanecem abertas são enumerados e brevemente analisados. A *Dei Verbum* apresenta um caráter único que fermenta todo o Concílio Vaticano II. Inova ao assumir o caráter cristológico, eclesiológico, antropológico e pastoral da revelação. Entender esta constituição dogmática permite melhor compreender não somente a história da interpretação da Bíblia que se sucede, mas toda a história da teologia e da Igreja que resulta do Vaticano II, pois a Bíblia, antes relegada à marginalidade, no seu estudo “deve ser como que a alma da sagrada teologia” (DV 24) e, conseqüentemente, da vida da Igreja. Nem tudo foi resolvido, mas o caminho foi largamente aberto e se afirmou na pesquisa, no ensino, na missão, na pastoral.

Palavras-chave: *Dei Verbum*; Concílio Vaticano II; Revelação; Verdade; Métodos histórico-críticos.

Abstract

Dei Verbum lies in its near and immediate context until the Vatican II. In the XIX and XX centuries, there are advances and restrictions by the magisterial documents and theology in main aspects addressed by the Document: Revelation, the sources of Revelation, the relationship between Scripture and Tradition, the biblical truth, the inspiration and the divine and human authors of the Scripture, the methods of exegesis. The complexity of the issues and the fiery debate among the Council Fathers, with the advice of the most eminent theologians, are described until reaching the final draft. The major themes and issues that remain opened are listed and briefly analyzed. *Dei Verbum* has a unique character that leavens the whole Second Vatican Council. It innovates while assuming the Christological, ecclesiological, anthropological, and pastoral character of the Revelation. Understanding this dogmatic constitution provides a better comprehension of not only the following history of biblical interpretation, but also of the whole history of theology and the Church, resulting from the Vatican II, because the Bible, before relegated to the marginality, in its study “is the soul of sacred theology” (DV 24) and consequently of the life of the Church. Not everything was resolved, but the path was widely opened and affirmed in the research, teaching, mission, and pastoral contexts.

Keywords: *Dei Verbum*; Second Vatican Council; Revelation; Truth; Historical-Critical Methods.

A Constituição Dogmática *Dei Verbum* e o Concílio Vaticano II

Flávio Martinez de Oliveira
Universidade Católica de Pelotas

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *José Ivo Follmann, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Gerente administrativo: *Jacinto Schneider*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XII – Vol. 12 – Nº 102 – 2015

ISSN 1807-0590 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Unilasalle, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PUCRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, EST-RS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues.

Revisão: Carla Bigliardi

Arte da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 11, n. 1 (2004) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004- . v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014).

ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

A Constituição Dogmática *Dei Verbum* e o Concílio Vaticano II¹

Flávio Martinez de Oliveira
Universidade Católica de Pelotas

Introdução

O Concílio Vaticano II celebrou 50 anos de abertura e ainda está para celebrar o aniversário de sua conclusão. Cabe tornar a ele e, como memória, recuperar a enorme perspectiva aberta em seus documentos.

Dei Verbum (DV) é o marco na passagem da Bíblia da condição marginal ao de alma da teologia e da vida cristã. Nada aconteceu de uma hora para outra. A

mudança, olhada com muita cautela e precauções pelo Magistério, acentuou-se com o movimento bíblico, com a Encíclica *Providentissimus Deus* e principalmente com a *Divino afflante Spiritu*, esta vinte anos antes do Concílio. Os escritos do Magistério multiplicaram-se e a pesquisa avançou com mais confiança e desenvoltura, mas sempre sob a vigilância mais ou menos estreita. Os olhos voltavam-se às questões centrais da fé: a criação, o Êxodo, a história de Jesus.

Grande foi a contribuição dos grandes centros de pesquisa e ensino bíblicos desde o final do século XIX até o início do século XX, mas também estes sempre sob vigilância e sanções a professores reconhecidos. A Pontifícia Comissão Bíblica (PCB) foi de grande valia ao

¹ Este artigo é a íntegra da apresentação proferida pelo Prof. Dr. Flávio Martinez de Oliveira no dia 20 de maio de 2015, nas Sessões Temáticas do II Colóquio Internacional IHU – O Concílio Vaticano II: 50 anos depois. A Igreja no contexto das transformações tecnocientíficas e socioculturais da contemporaneidade promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

progresso dos estudos, mas guardava a função de vigiar a heterodoxia.

Não se poderia esperar um percurso mais fácil da *DV* no Concílio, ainda mais quando todo o Concílio dependia desta Constituição. Foi expressiva a contribuição das maiores instituições de ensino e pesquisa, bem como a de uma dúzia de teólogos da maior expressão, de alguns bispos e cardeais, mas não se podia prever a futura abertura da *DV*. Cabe o destaque ao Cardeal Bea, o qual jogou um impulso fundamental para o futuro do documento, propondo que dele dependia a renovação da Igreja Católica e o diálogo ecumênico.

Foram quatro grandes esquemas e várias redações, incluindo suspensões e relançamento das discussões e textos por João XXIII e Paulo VI.

De fato, quando persistiram pontos controversos, como a dupla fonte da Revelação e a expressão inerrância, João XXIII decididamente suspendeu a discussão para manter o Concílio fiel às suas intuições: a expressão das verdades na linguagem de uma situação histórica mudada da Igreja e o diálogo ecumênico e inter-religioso. Tal determinação aconteceu na necessária liberdade que se esperava de um novo Pentecostes.

Com Paulo VI, a discussão foi mais uma vez suspensa e lhe resultou a proposta mais orgânica, eclesiológica, cristocêntrica, com a revelação em primeiro lugar, a Palavra de Deus no centro da missão da Igreja e a união entre Escritura e Tradição, com base cristológica e pastoral. Foram mais 480 peritos nos novos trabalhos. A partir daí se estava a um passo da *Dei Verbum* definitiva. Mais uma redação e viria esta aprovada pela imensa maioria dos padres conciliares e promulgada por Paulo VI. Veio assegurado o caráter pessoal e cristológico da revelação divina que nos põe em comunhão com a Trindade.

O resultado é magnífico. A *DV* veio definida como o “documento fonte” do Concílio, a sua obra-prima, o “portal de ingresso”, o “fundamento do edifício teológico do Vaticano II”², a “carta magna teológica e pastoral de todo encontro com a Bíblia”.³ Nenhum documento caracteriza o espírito de João XXIII mais que

2 LUBAC, Henri de. *La Rivelazione divina e il senso dell'uomo: commento alle costituzioni conciliari Dei Verbum e Gaudium et Spes*. Milano: Jaca Book, 1975, p. 173.

3 CONFERENZA EPISCOPALE ITALIANA. *Enchiridion CEI: Decreti, dichiarazioni, documenti pastorali per la Chiesa italiana (1996-2000)*. Bologna: Dehoniane, 2002, v. 6, p. 1533.

a *DV*. Alguns julgam que é o documento característico do Vaticano II.⁴

Mas nem tudo foi resolvido com a *Dei Verbum*. Restavam, em outros pontos, a serem ainda mais bem formulados, como a relação entre Escritura e Tradição, a utilização do método histórico-crítico e outros métodos. Persistiam apreensões na Comissão da Doutrina da Fé, e as reservas ao método histórico crítico seriam respondidas plenamente apenas 30 anos mais tarde, com o documento “A interpretação da Bíblia na Igreja”, da Pontifícia Comissão Bíblica.

São dignos de nota na *Dei Verbum* os seguintes pontos: a reviravolta e a impositação cristológica do Documento, a relação entre revelação e história, a continuidade entre a história e a revelação cósmica, transcendente, a dimensão pneumatológica da auto-comunicação divina e a transmissão da revelação pela Igreja na Tradição.

Enquanto trata da autocomunicação de Deus, a *DV* relaciona-se com os demais documentos e lhes lança luz, é o fermento dos demais documentos do Concílio,

especialmente da *Lumen Gentium*. Diversos comentários consideram a *DV* o documento mais expressivo de todo o Concílio, além de um sinal dos tempos no ecumenismo. Na maior difusão da leitura da Bíblia, foi incisiva a recomendação do Concílio e para isto colaboraram diversas iniciativas em associativismo e conferências mundiais de âmbito católico e ecumênico. Permaneceram abertas as relações entre revelação, diálogo inter-religioso e culturas. Embora a categoria “cultura” seja central no Vaticano II, o que se pode notar é que o caminho das relações entre religiões e culturas traçado pelo Concílio ainda permaneceu quase inteiramente por percorrer, mesmo se na história milenar da Igreja não faltaram precedentes significativos, como nos Padres.

1 Raízes remotas e imediatas da *Dei Verbum*

Desde o Concílio de Trento até a encíclica *Providentissimus Deus* de Leão XIII, em 1893, resultava escasso – sob o perfil quantitativo, mas não menos sob aquele da substância – o relevo que o magistério da Igreja deu à revelação. As intervenções apareciam subitamente, mais circunscritas e relacionadas ao contexto.

⁴ WITHERUP, Ronald. D. *Scripture: Dei Verbum*. Mahwah: Paulist Press, 1986. p. 2.

As normas do Concílio de Trento a respeito da utilização da Sagrada Escritura, e, sobretudo, sua interpretação, haviam terminado por relegar a Bíblia a uma posição marginal a respeito da teologia e da práxis pastoral. O recente documento “A interpretação da Bíblia na Igreja” afirmou com franqueza que às demandas e aos problemas da época moderna “a prudência pastoral da Igreja durante muito tempo respondeu de maneira muito reticente”.⁵

1.1 Os documentos magisteriais

Uma notável intensificação das intervenções magisteriais em matéria bíblica, acompanhadas de pesquisas e debates, registra-se a partir da encíclica *Providentissimus Deus*. Oitenta e sete documentos aparecem no índice do novo *Enchiridion Biblicum (EB)* até 2004. Esses escritos tiveram, em termos compreensivos, o efeito de dar à Sagrada Escritura um papel central na reflexão e na vida da Igreja Católica, não obstante seu caráter complexo e não privado de tensões, às vezes agudas,

registradas no início do século XIX com a explosão da crise modernista.

Devem-se recordar, antes de tudo, três importantes encíclicas. A primeira a abrir o caminho foi a *Providentissimus Deus*, com o propósito mais amplo de reformar o saber na Igreja, mas com a reafirmação irrenunciável dos princípios da doutrina católica, considerando os desenvolvimentos preocupantes dos métodos histórico-críticos. O Papa interveio e defendeu a inerrância absoluta da Sagrada Escritura. Nesta esteira, Pio X, na *Pascendi* (1907), condenou os modernistas que “pretendiam encontrar numerosos erros na Sagrada Escritura”. A segunda encíclica foi a *Spiritus Paraclitus* de Bento XV, em 1920. Esta ainda dizia que a pretensão de encontrar gêneros literários na Bíblia não se podia combinar com a verdade íntegra e perfeita da Palavra divina. Tais intervenções do Magistério e a deposição de professores de Sagrada Escritura de suas cátedras (como Lagrange, em Jerusalém) impediram a criatividade dos estudos bíblicos católicos até 1943. A série terminou com a *Divino afflante Spiritu* de Pio XII, em 1943, com tom sereno e encorajante que dava voz aos que eram empenhados na renovação da exegese, para que buscassem novas direções e um método exegético, em que ressalta-

5 PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A interpretação da Bíblia na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1994. p. 32.

va os gêneros literários. Era um modo totalmente novo diante do estudo da Bíblia. As reações, entretanto, foram diversas.⁶

1.2 Entre fervor inovador e crises reacionárias

Pio X, com a encíclica *Pascendi* e o decreto *Lamentabili* em 1907, em um contexto problemático e polêmico, mesmo em tom censório aos modernistas, punha de fato as premissas para um decisivo desenvolvimento do apostolado bíblico, não obstante as condenações da encíclica *Pascendi* do mesmo ano. Com a *Humani Generis*, Pio XII, em 1950, referia-se principalmente aos textos das origens (Gn 1-11), em que defendia a interpretação literal. Foi um período de muitas intervenções, clima pesado, com suspeitas e temores da “protestantização” da Igreja. O *Pontifício Instituto Bíblico*, que se apresentava

6 WITHERUP, 1986, p. 10-11, refere que Lagrange saudou a nova Encíclica como a “Carta Magna” dos estudos bíblicos católicos. Novos comentários surgiram na Alemanha e na França, novos diálogos sobre a autoria do Pentateuco e das origens dos evangelhos. Ao lado disso, as reações adversas por parte de estudiosos católicos – bispos, leigos – se fizeram notar, com o ataque aos resultados dos estudos científicos, notadamente a validade dos métodos histórico-críticos.

como motor da renovação, começou a atrair críticas e pontualizações.⁷

No entanto, já em 1902 era criada a Pontifícia Comissão Bíblica, organismo autônomo com o escopo de sustentar e organizar os estudos bíblicos sob a direção da Sé apostólica. Entre suas finalidades estão promover, indicar, evidenciar as modernas contribuições no campo da exegese bíblica, sua divulgação, o empenho nos estudos filológicos, o conhecimento das línguas orientais antigas, bem como sustentar integralmente a verdade da Escritura contra “teses dos heterodoxos” (EB 40, 142). Igualmente lhe coube a explicação das Escrituras para utilidade dos fiéis com base numa sábia hermenêutica, com argumentos que tenham em conta a analogia da fé e a doutrina católica (EB 40, 143).

Em 1890 surgia a *Escola Bíblica* em Jerusalém, com M.J. Lagrange e os dominicanos. E em 1909 era fundado o *Pontifício Instituto Bíblico* em Roma, ao lado da *Pontifícia Universidade Gregoriana*, talvez os dois mais prestigiosos centros de estudo da Igreja em vista

7 FERRARI, Pier Luigi. *La Dei Verbum*. Brescia: Queriniana, 2005, p. 16, relata a suspensão de dois exímios professores, o Pe. S. Lyonnet (1902-1986), especialista em São Paulo, e M. Zerwick (1901-1975), perito filólogo do Novo Testamento.

da pesquisa e da formação de docentes, oferecendo aos futuros biblistas um rigoroso método científico.⁸ Sucederam-se as associações bíblicas em diversos países.

1.3 Influências imediatas antes da *Dei Verbum*

Sem dúvida, o movimento bíblico desde a primeira metade do século XX foi fundamental. Igualmente importante foi a aceitação pelos protestantes do método histórico-crítico e sua influência sobre os estudiosos católicos. Os questionamentos se estendiam desde as questões sobre o que realmente aconteceu na criação, a realidade do evento do Êxodo, até as histórias dos milagres de Jesus nos evangelhos, finalmente a questão do Jesus histórico. Eram dois degraus à frente e um atrás, tendo em conta as precauções de Pio IX até Leão XIII. Em favor das novas abordagens estava o Cardeal Bea, do Secretariado para a Unidade dos Cristãos, com a oposição do Cardeal Ottaviani, prefeito do Santo Ofício.

8 MARTINA, Giacomo. *A novant'anni dalla fondazione del Pontificio Istituto Biblico*. In: PONTIFICIA UNIVERSITÀ GREGORIANA. *Archivum Historiae Pontificiae*. n. 37, p. 129-160, 1999; MURPHY-O'CONNOR, Jerome. (Ed.). *Cent'anni di esegesi: Il Nuovo Testamento*. L'École Biblique di Gerusalemme. Bologna: EDB, 1992.

Ao mesmo tempo, com a *Sacrosanctum Concilium*, requeria-se uma centralidade e renovação do papel da Escritura Sagrada na vida da Igreja.⁹

2 A fase preparatória do fatigante caminho conciliar

A composição da *Dei Verbum*, desde a crítica cerrada ao texto preliminar nas sessões de novembro de 1962 até a aceitação praticamente unânime da redação definitiva na quarta e última sessão do Concílio, desenhou um percurso especialmente difícil. O processo tornou-se bem mais complexo do que seus signatários poderiam jamais esperar.¹⁰ O que se pode afirmar “era coisa lógica desde o momento que o sujeito tratado dominava num certo sentido o inteiro trabalho conciliar”.¹¹ Foram quatro esquemas, cinco sucessivas redações e um labor às vezes agitado, mas que permitiu decantar pouco a pouco o texto final.

9 WITHERUP, 1986, 13-14.

10 WITHERUP, 1986, p. 15.

11 GRELOT, Pierre. *La Constitution sur la Révélation*. I. *La préparation d'un schéma conciliaire*. *Études*, v. 1, p. 99, 1966.

2.1 A coleta dos votos

As primeiras sugestões (os *vota*) recolhidas pela Comissão Antepreparatória moviam-se no leito de uma teologia *recepta*, já organizada e articulada nos manuais escolásticos, sem saltos de novidade e abertura. Alguns solicitavam a definição de uma genuína noção de “tradição” qual fonte da revelação, e uma particular atenção aos problemas da “natureza” da revelação, da sua “modalidade de transmissão”, da “relação entre magistério e Palavra de Deus”. Não faltavam pedidos de uma parte “defensiva” na qual se condenassem opiniões erradas e desvios recorrentes, indicações precisas para a exegese como um possível remédio contra erros e cautela nas pesquisas e publicações. De nenhum modo se previam as futuras aberturas da *DV*, exceto que houve uma parte “pastoral” no tratamento da Escritura, o seu uso “catequístico” e o seu papel na formação do clero e dos leigos.

Do mundo acadêmico, a *Pontificia Universidade Gregoriana* propunha uma intervenção sobre a hermenêutica bíblica, a natureza da revelação e o progresso dogmático, além de pedir que o Concílio indicasse as regras para a exegese fundamentadas na *Divino afflante*

Spiritu.¹² O *Pontifício Instituto Bíblico* pediu que o Concílio se tornasse o lugar de discutir e confrontar-se com os estudos contemporâneos, e não simplesmente a ocasião para confrontar-se com a doutrina tradicional e condenar aqueles que procuravam novas estradas no campo da exegese, além de um pronunciamento do Concílio contra o antissemitismo. A Faculdade de Teologia da Universidade de Lovaina pediu uma ampliação do número de universidades e dos institutos de teologia para uma descentralização em relação aos institutos romanos.¹³

2.2 O esquema De Fontibus Revelationis

A Comissão Teológica Preparatória, instituída por João XXIII, presidida pelo prefeito do Santo Ofício – Cardeal Ottaviani –, além de recolher os *vota*, teve o compromisso de recolher os esquemas dogmáticos. Ao lado desta, figuravam três secretariados, entre os quais despontava o Secretariado para a Unidade dos Cristãos,

12 CATHOLIC CHURCH. COMMISSIO CENTRALIS PRAEPARATORIA CONCILII VATICANI II. *Acta et documenta Concilio Oecumenico Vaticano II apparando*. Roma: Typis Polyglottis Vaticanis, v. 4, n. 1/1, p. 1-119, 7 aprile 1960 apud FERRARI, 2005, p. 20.

13 *Ibidem*, p. 123-136.

com a personalidade do Cardeal Bea, perito biblista e homem de grande abertura.

A Comissão Teológica esboçou um esquema de treze pontos que propunha posições da escola teológica romana em sintonia com o Santo Ofício.¹⁴ Entre esses pontos figuravam: a Escritura é inspirada; além da Escritura também a tradição é fonte de revelação; a Escritura goza de inerrância absoluta; a Escritura não é confiada aos simples fiéis, mas à Igreja; a leitura da Escritura é recomendada a todos, mas com a devida preparação; ao lado da explicação filológica e literária, não se deve prescindir da tradição e do magistério; a versão dita *Vulgata* é imune de erros em coisas de fé e costumes. Dessas proposições nasceu o *Schema Constitutionis Dogmaticae De Fontibus Revelationis*, aprovado pelo papa em 13 de julho de 1961 e logo enviado aos padres conciliares. O Cardeal Bea identificou algumas questões centrais para

o diálogo ecumênico e, entre outros temas, colocou um esquema “pastoral” – *De Verbo Dei* –, que apresentava uma impostação completamente diversa da linha seguida pela Comissão Teológica.¹⁵

3 A reviravolta pastoral do Concílio

A primeira reviravolta decisiva aconteceu quando o esquema *De Fontibus Revelationis* foi enviado aos bispos. Dificilmente o esquema seria aprovado sem uma radical revisão. Esta envolveu eminentes e emergentes teólogos, como J. Dupont, B. Rigaux, M.-D. Chenu, Y. Congar, J. Daniélou, H. Küng, K. Rahner, J. Ratzinger e O. Semmelroth, com observações críticas e propostas alternativas. Valendo-se do aporte desses peritos, alguns bispos consideravam o esquema absolutamente inaceitável e aprovaram uma mudança mesmo das regras da fase anterior.

14 ALBERIGO, G.; MELLONI, A. (Eds.). *Verso il Concilio Vaticano II* (1960-1962): Passaggi e problemi della preparazione conciliare. Genova: Marietti, 1993. p. 273-343; Cf. WITHERUP, 1986, p. 17-19, Joseph Ratzinger, perito dos bispos germânicos no Concílio, identificou o esquema como “uma canonização da escola Romana de teologia”, “produto de uma mentalidade antimodernista”, onde alguns professores viam os avanços dos estudos bíblicos como séria ameaça à fé.

15 BURIGANA, R. Introduzione [Storica]. In: PACOMIO, L.; BURIGANA, R., *Dei Verbum: Per il 40° anniversario del Concilio Vaticano II*. Casale Monferrato: Piemme, 2001. p. 9-57.

3.1 As observações críticas dos bispos

Em nível geral, alguns bispos relevaram a excessiva rigidez de estilo e conteúdo do esquema, o seu excessivo intelectualismo, o caráter demasiado jurídico e apologético e, sobretudo, a distância das intenções de João XXIII, que queria um Concílio pastoral e não de condenação.

Sobre os conteúdos, denunciava-se a presença imotivada de um capítulo sobre a “dupla fonte” da revelação: a expressão resultava imprópria e equívoca, como se tratasse de duas entidades independentes. Mesmo a fórmula “inerrância”, recorrente a propósito dos textos inspirados, era tida como redutiva e inadequada. Repreendia-se o esquema de ter feito passos atrás a respeito da *Divino afflante Spiritu* sobre o uso dos gêneros literários e de ter ignorado os modernos estudos sobre a formação dos evangelhos.

Sob o perfil pastoral, pedia-se afirmar com vigor a centralidade da Palavra de Deus na vida da Igreja e que essa é sinal de grande alegria que supera os desejos dos homens. Mais amplo devia ser o espaço dedicado ao papel da Igreja no custodiar e transmitir a Palavra de Deus, que deve ser posta ao centro da atividade pasto-

ral e mais amplamente difusa. Denunciava-se a ausência de uma perspectiva ecumênica e pedia-se uma remoção dos preconceitos seculares acerca do domínio arbitrário da Igreja Católica sobre a Bíblia.

A crítica mais radical dizia respeito às respostas oferecidas nesta fase preparatória, que deveriam ser diferentes, e isto tocava o sentido do próprio Concílio.¹⁶ Teimosamente, o esquema foi apresentado pelo Cardeal Ottaviani. O elevadíssimo número de *non placet* induziu João XXIII a suspender a discussão e a enviar o esquema a uma comissão especial para uma necessária e radical revisão.

3.2 As intuições de João XXIII

João XXIII já pronunciara na alocução *Gaudet Mater Ecclesia*, de abertura do Concílio, em 11 de outubro, que uma coisa são as verdades da doutrina e outra é o modo com que vêm anunciadas¹⁷, na harmonização entre os conteúdos de sempre com elementos novos e

16 Segundo FERRARI, 2005, p. 26, três textos alternativos, do Secretariado pela Unidade dos Cristãos, de Y. Congar e K. Kahner, circularam de forma privada e tiveram grande influência.

17 ACTA APOSTOLICAE SEDIS, v. 45, p. 792, 1962.

linguagens mais coerentes com a situação histórica mudada da Igreja. O Concílio deveria ser um novo Pentecostes. Diz-se que nenhum documento caracteriza o espírito de João XXIII mais do que a *Dei Verbum*.¹⁸

4 A Palavra de Deus posta ao centro

Entre novembro de 1962 e março de 1963, cinco subcomissões elaboraram os cinco capítulos do esquema *De Divina Revelazione*. Havia mais acordos e compromissos do que uma maturação e logo foi evidente que o novo esquema não encontrava positiva acolhida. Paulo VI, no discurso de fechamento da segunda sessão, anunciava que o esquema seria discutido na próxima.

4.1 A decisiva contribuição de Paulo VI

Ainda arcebispo de Milão, G. Montini denunciava a falta de um desenho orgânico e apresentava o seu projeto: “o Concílio deveria ser polarizado em torno de um único tema: a Santa Igreja [...] com um pensamento em

Jesus Cristo [...], princípio da Igreja, que lhe é a emanação e a contemplação”. Pensava que esta constituição seria decisiva para o Concílio e, já como Papa Paulo VI, colocou o esquema novamente na agenda. Já o título do segundo esquema – *Sobre a Revelação Divina* – refletia a dramática mudança que ocorrera desde a rejeição do primeiro esquema. Paulo VI propunha, enfim, uma articulação tripartite entre o mistério da Igreja, a missão da Igreja, a relação da Igreja com o mundo¹⁹, uma orientação “eclesiológica” e ao mesmo tempo “cristocêntrica”. Tratava-se de dar fundamento ao compromisso “pastoral” da Igreja, ancorando-o sobre a figura e sobre o ensinamento de Cristo pastor.

5 O texto definitivo

O processo anterior levou ao terceiro esquema, intitulado *Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina*. Era já uma visão mais personalizada da revelação e pastoral em sua abordagem. Daí se vai ao quarto

18 WITHERUP, 1986, p. 2.

19 A carta é reportada em *Giovanni Battista Montini Arcivesco di Milano e il Concilio Vaticano II*, Istituto Paulo VI, Brescia apud FERRARI, 2005, p. 31.

estágio. Sobre a base desta nova orientação e das suas ideias-força, em 7 de maio de 1964 a Comissão Doutrinal instituiu uma subcomissão com dois bispos e diversos peritos da maior qualidade.²⁰ Esta subcomissão reescreveu os capítulos do documento anterior levando em conta as observações colhidas e ampliou o primitivo proêmio para constituir um capítulo relativo à natureza da revelação. No capítulo sobre a índole histórica dos evangelhos, a subcomissão referiu-se à Instrução *Sancta Mater Ecclesiae*, ou “Sobre a verdade histórica dos Evangelhos” da Pontifícia Comissão Bíblica, publicada em 21 de abril de 1964. Tomaram lugar aqui as fundações históricas dos dados bíblicos e reconheceram-se explicitamente diversas camadas nos Evangelhos.

Configurava-se assim uma proposta desde já próxima ao texto definitivo da *DV*. Em particular ao Proêmio vinha confiado o compromisso de dar uma entonação pastoral a todo o esquema. O novo texto passou pelo Secretariado da Unidade dos Cristãos. Com autorização de Paulo VI, o novo texto foi enviado aos padres e obteve juízo largamente positivo da maioria. Esta definitiva versão foi apresentada no último período do Concílio, discutida

e votada em cada parte da 131^a à 133^a Congregação, entre 17 e 22 de setembro de 1965, recolhendo a quase unanimidade de *placet*, dos quais numerosíssimos eram *placet iuxta modum*. A Comissão Doutrinal introduziu as emendas devidas e o texto foi definitivamente aprovado em 29 de outubro de 1965. Paulo VI promulgou a Constituição em 18 de novembro de 1965, apenas vinte dias antes da conclusão do Concílio.²¹ O título *Dei Verbum* punha a Palavra de Deus ao centro da ação pastoral da Igreja. Um expressivo número de teólogos de primeira grandeza contribuiu e influenciou no Documento. Os padres do Concílio sozinhos nunca teriam podido enfrentá-lo sem a ajuda da assistência profissional.²²

21 Para uma exposição mais detalhada da história da elaboração de *DV* com os diversos esquemas, cf. RUIZ, *Historia*, que inclui as datas-chave, acontecimentos, comissões que intervíram na elaboração e sinopse dos esquemas.

22 Cf. RATZINGER, Joseph. *Theological High lights of Vatican II*. Mahwah: Paulist Press, 1966, p. 20-21 apud WITHERUP, 1986, p. 30-31, notava-se que se poderia facilmente “reconhecer a pena de Yves Congar no texto...” em algumas seções da Constituição. Outros nomes foram: Umberto Betti, Lucien Cerfaux, Béda Rigaux, Karl Rahner, Alois Grillmeier, Joseph Ratzinger, Otto Semmelroth, Pieter Smulders, Gérard Philips, Ernest Vogt, Alexander Kerrigan, Barnabas Ahern, Jean Daniélou, Hans Küng, Marie-Dominique Chenu, Luis Alonso Schökel.

20 Entre os quais Ratzinger, Rahner, De Lubac.

6 A intenção profunda da *Dei Verbum*

A *Dei Verbum* é o primeiro grande documento da Igreja que enfrenta o tema da Revelação (DV 1). Citando Jo 1,2s no Proêmio, a Constituição quer observar o caráter “pessoal” e “cristológico” da revelação divina, a grande novidade do Vaticano II e marca devida à contribuição específica oferecida ao Concílio por Paulo VI. Em Jesus, cada fiel pode alcançar a mesma experiência de João e entrar em comunhão com a Santíssima Trindade, que é o escopo último de toda a divina revelação.

7 O primado da Palavra de Deus

A presença repetida do termo *verbum* sugere uma unidade temática, quase um fio condutor da Constituição: Palavra de Deus, Palavra feita carne, palavra da Igreja.

A primeira locução-chave é “Palavra de Deus”, em sentido amplo, deixando entrever sua riqueza e complexidade que virão passo a passo explicitadas no inteiro documento.

O termo “revelação”, que comparece no título, indica uma realidade de grande respiro²³, que reenvia a outra Palavra que é mais ampla que a própria Bíblia e não é subordinada a nenhum texto escrito, mesmo se inspirado.²⁴ A relação recíproca entre a Escritura e a tradição representa um salto qualitativo na teologia bíblica e fundamental. A polarização entre *Traditio* ou *sola Scriptura* só vem superada pela comum e diversa referência à “revelação”.

A segunda locução-chave é a expressão “em *ausculta religiosa*”, que indica a disposição de humildade e total submissão que a Igreja deve assumir diante da Palavra. “Interpretar autenticamente a Palavra de Deus escrita e transmitida”, todavia, “não é acima da Palavra de Deus, mas *lhe serve*” (DV 10). Trata-se de uma *ausculta* obediente, qualificada como religiosa, o que também vale para o anúncio com *parrêsia*.

23 VANHOYE, Albert. La Parola di Dio nella vita della Chiesa. La ricezione della *Dei Verbum*. In: FISICHELLA, Rino. (Ed.). *Il Concilio Vaticano II: Ricezione e attualità* alla luce del Giubileo. Cinisello Balsamo (Mi): San Paolo, 2000. p. 29-31.

24 O'COLLINS, Gerald. *Il Ricupero della teologia fondamentale: i tre stili della teologia contemporanea*. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1996. p. 211.

A terceira chave de leitura colhe-se de uma pluralidade de expressões que indicam a vontade de Deus de comunicar-se aos seres humanos, com eles entrar em comunhão, manifestando a finalidade salvífica e antropológica da Palavra de Deus. Trata-se aqui da dimensão personalista que é um dos traços característicos da *DV*.

8 Considerações conclusivas

Além dos resultados visíveis hoje na Igreja, muitos efeitos da *DV* estão operando no tecido eclesial como levedo evangélico, ação fermentativa. Após séculos no exílio, a Palavra de Deus uma vez mais ocupa o lugar central na vida da Igreja Católica.²⁵ Graças a esta Constituição e aos visionários padres do Concílio que a produziram, a paisagem da Igreja mudou para sempre. Não seria errado afirmar que a *DV* fomentou uma revolução pacífica em relação

25 BIANCHI, Enzo. The Centrality of the Word of God. In: ALBERIGO, Giuseppe; JOSSUA, Jean-Pierre; KOMONCHAK, Joseph A. (Ed.). *The Reception of Vatican II*. Washington: Catholic University Press, 1987, p. 115.

à Palavra de Deus: “seu estudo é a alma da sagrada teologia” (*DV* 24).

A *DV* vem definida como o “documento fonte” do Concílio, a sua obra-prima, o “portal de ingresso” e o “fundamento do edifício teológico do Vaticano II”²⁶, a “carta magna teológica e pastoral de todo encontro com a Bíblia”.²⁷ Nenhum documento caracteriza o espírito de João XXIII mais do que a *DV*. Alguns julgam que é o documento característico do Vaticano II.²⁸

A recepção da *DV*, no entanto, aconteceu entre exaltações e perplexidades. A maioria dos bispos, formados por uma teologia pós-tridentina, não teve imediata sintonia com a Constituição²⁹, outros consideraram os textos do Vaticano II ainda demasiado hesitantes, sobrecarregados de compromissos e pouco prospectivos.³⁰ João Paulo II perguntava em 1994 “em que medida a Palavra de Deus tornou-se plenamente a alma da teo-

26 LUBAC, Henri de, 1975, p. 173.

27 CONFERENZA EPISCOPALE ITALIANA, 2002, p. 1533.

28 WITHERUP, 2006, p. 2.

29 LATOURELLE, René. (Ed.). *Vaticano II: Bilancio e prospettive. Venticinque anni dopo (1962-1987)*. 2 v. Assisi: Cittadela, 1987. p. 18. O mesmo vale para a *Lumen Gentium*, o Decreto *Unitatis Redintegratio* e a Declaração *Dignitatis Humanae*.

30 MENOZZI, *L'anticoncilio*, p. 433-464.

logia e a inspiradora de toda a existência cristã, como queria a *Dei Verbum*".³¹

Sem dúvida, desde então, houve muitos progressos até chegar ao Sínodo de 2008. Foram novas edições da Bíblia, escolas bíblicas, grupos bíblicos, associações católicas e ecumênicas, da pastoral bíblica à animação bíblica da vida e da pastoral na Igreja, mas ainda muito está por se difundir e acontecer; porém, isto será abordado num texto posterior a este.

Nem tudo foi resolvido pela *DV* e esta deixou problemas não equacionados, precisamente porque os tempos ainda não estavam maduros para sua resolução definitiva. Seguiram-se contínuos debates nas diversas áreas.

Abaixo, restringe-se a análise a alguns pontos do *status quaestionis*.

8.1 A complexa relação entre escritura, tradição e magistério

Preliminarmente, a autoridade da Bíblia vem porque é Palavra de Deus inspirada (2Tm 3,16-17; cf.

31 JOÃO PAULO II. *Carta pastoral Tertio Millennio Adveniente*. São Paulo: Loyola, 1994. n. 18-20.36.

DV 9), inspirada pelo Espírito Santo, tem a Deus como autor e, como tal, foi entregue à Igreja (*DV* 11) e escrita de forma humana por autores humanos (*DV* 12). A *DV* afirma a inspiração bíblica inteiramente, mas sem resolver definitivamente como ela opera ou como melhor explaná-la em detalhe. São "verdades para o propósito de nossa salvação" (*DV* 11). Cardeal Bea afirmava que a Constituição garante absolutamente a transmissão fiel da revelação de Deus, mas não uma noção limitada de inerrância como a oposição entre verdade científica ou histórica e verdade religiosa.³²

A Escritura e a Tradição são duas formas de transmissão da mesma fonte (*DV* 9). A Escritura seria estéril sem a tradição e esta, desorientada sem a Escritura.³³

Cardeal Bea explanou o conceito de tradição: "O desenvolvimento da tradição consiste em uma sempre crescente compreensão de seu objeto, em sua inteireza".³⁴ Pode-se afirmar que a Tradição diz respeito a toda a Igreja e abraça as práticas vitais da comunida-

32 BEA, Augustin. *The Word of God and Mankind*. Chicago: Franciscan Herald Press, 1967 apud WITHERUP, 1986, p. 93.

33 FERRARI, 2005, p. 234.

34 BEA, *Op. cit.*, p. 143; cf. *DV* 8.

de de fé (cf., p. ex., 1Cor 11,23-26 sobre a Eucaristia e 15,3-11 sobre a ressurreição de Jesus).

Escritura e Tradição informam continuamente uma à outra. A Tradição não está acima da Palavra, mas a serve. O Magistério da Igreja e o Espírito Santo relacionam-se com ambas. O papel exclusivo do Magistério é assegurar a interpretação autêntica da Palavra de Deus. Tradição, Sagrada Escritura e autoridade são tão ligadas e unidas que uma não se sustenta sem as outras (DV 10). Tais aparentes paradoxos vêm sumarizados em Witherup: “O ofício de ensinar é simultaneamente o serviço da Palavra e seu autêntico intérprete; a inteira Igreja determina o desenvolvimento da tradição, mas é subordinada à autoridade ensinante”.³⁵

8.2 O método histórico-crítico e outros métodos

Já se está longe do período de maiores suspeitas, porém, com a DV, tal método deve ser colocado em seu contexto. Em obra coletiva, com a participação do Cardeal Ratzinger – então Presidente da Congregação da Doutrina da Fé –, De la Potterie – seu assessor predileto

e curador do inteiro volume – chamou a atenção ao que se designou “positivismo histórico” ainda em 1991³⁶, advertindo dos riscos deste método e chamando ao método teológico.

De la Potterie, em texto aberto e sóbrio, chama a atenção à questão hermenêutica e à relação dos métodos históricos com a teologia.³⁷ O título do texto de Ratzinger – “L’interpretazione biblica in conflitto: problemi del fondamento ed orientamento dell’esegesi contemporanea” – já revelava sua preocupação.³⁸ Chamando ao questionamento os pressupostos filosóficos que acompanharam o exercício do método-histórico crítico e a necessidade da fé, após 25 anos da DV, Ratzinger faz “gelar” muitos exegetas, até que o Documento da Pontifícia Comissão Bíblica – “A interpretação da Bíblia na

35 WITHERUP, *Op. cit.*, p. 291.

36 POTTERIE, Ignace de la. et al. *L’esegesi Cristiana oggi*. Casale Monferrato: Piemme, 1991.

37 Ibidem, p. 21. Para uma abordagem histórica e sistemática das relações entre Escritura e Teologia ver: PASTOR, Federico. *Escritura y Teología*. In: ALONSO SCHÖKEL, Luís (Dir.). *Comentários a la Constitución Dei Verbum sobre la revelación*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2012, p. 725-751.

38 RATZINGER, Joseph. *L’interpretazione biblica in conflitto: problemi del fondamento ed orientamento dell’esegesi contemporanea*. In: POTTERIE, Ignace de la. et al. *L’esegesi Cristiana oggi*. Casale Monferrato: Piemme, 1991, p. 93-127.

Igreja” – apenas três anos depois, resulta em grande alívio e satisfação dos biblistas, referindo que o método histórico-crítico permanece indispensável (§I.A.1). Vinham acolhidos os diversos métodos com seus alcances e limites. Decididamente, enfim, a Exortação pós-sinodal *Verbum Domini* reconheceu os benefícios da exegese histórico-crítica e de outros métodos de análise do texto mais recentes (cf. VD 32).

8.3 A reviravolta cristocêntrica da Dei Verbum

O caráter mais peculiar da Constituição – que é a contribuição original que esta oferece à reflexão sobre a divina revelação – é constituído pela sua impostação cristológica: “Em Cristo encontra cumprimento toda inteira a revelação do sumo Deus” (DV 7). A recuperação da abordagem cristocêntrica da *Dei Verbum* resultou extremamente fecunda para a teologia fundamental e para todos os âmbitos do saber da fé.³⁹ Assim, a divina reve-

39 BERTULETTI, A.; SEQUERI, P. La rivelazione como “principio” della ragione teologica. In: FACOLTA TEOLOGICA DELL’ITALIA SETTENTRIONALE. (Ed.). La teologia italiana oggi. Brescia: La Scuola; Morcelliana, 1979. p. 149-193 apud FERRARI, Pier Luigi. La Dei Verbum. Brescia: Queriniana, 2005. p. 149-193.

lação vem apresentada em modo dinâmico, personalista e histórico.

8.4 Revelação e história

Ter “restaurado em toda a sua força o realismo funcional, e existência, histórico e cósmico da salvação cristã, assim como a apresenta a Bíblia”⁴⁰, constitui um ganho precioso a respeito da *Dei Filius* do Vaticano I. A história constitui a mediação fundamental da autocomunicação divina e, pois, requerem-se os métodos históricos para a interpretação dos textos sagrados (cf. DV 12 *et seq.*). Mas objeto último da salvação e da revelação não é a história e não se pode deixar de esperar livres e imprevisíveis “incurções da transcendência”. O pensamento cristão não pode se fechar na história, nem numa “teologia da história”. Não se pode abusar da oposição entre a concepção ontológica grega e a concepção puramente funcional hebraica, esquecendo-se da relação entre ambas.⁴¹ Há uma continuidade entre revelação histórica e revelação cósmica, amplamente expressa no

40 LUBAC, Henri de, *Rivelazione*, p. 20-46.

41 Ibidem, p. 21 *et seq.*

Novo Testamento, pois “Criando e conservando todas as coisas pelo Verbo (cf. Jo 1,3), Deus dá aos homens testemunho perene de si mesmo, nas próprias coisas criadas” [cf. Rm 1,19 *et seq.*] (DV 3).

8.5 Revelação e ação do Espírito Santo

A autocomunicação divina é tanto passada quanto atual: “Deus, que falou no passado, conversa hoje incessantemente com a esposa de seu Filho” (DV 8). Isto é possível graças à dimensão pneumatológica por parte do Vaticano II, superando o “cristomonismo” imperante na impostação teológica latina: “O Espírito Santo mantém viva, na Igreja, a voz do Evangelho que, através dela, repercute em todo o mundo, encaminha os fiéis para a plena verdade” (DV 8).

8.6 Revelação e Igreja

Na concepção da DV também a eclesiologia é cristologicamente “normada”. Preparada e prefigurada na história dos últimos tempos, a Igreja foi estabelecida nos últimos tempos quando Deus falou por meio do Filho (DV 4). A relação entre o Deus Trindade e a Igreja que

vem descrita como um permanente colóquio do caráter sponsal entre o Cristo e a esposa entra a partir do segundo esquema de 1964: “Esposa do Verbo encarnado, a Igreja procura constantemente entender melhor as Escrituras, para alimentar os seus filhos com os ensinamentos divinos” (DV 23). A Igreja tem o compromisso de transmitir a revelação (DV 7-10; 12; 21-26).

8.7 A Dei Verbum e o Vaticano II: Autocomunicação de Deus e a experiência humana

Como já visto, a DV, com sua orientação cristocêntrica, pneumatológica e eclesial, mas também antropológica, teve uma função de “fermento” sobre a reflexão conciliar no seu conjunto, o que vem ressaltado por Alonso Schökel.⁴² Diversos comentários consideram a DV o documento mais expressivo de todo o Concílio.⁴³

A revelação como autocomunicação de Deus (p. ex., SC 7; AG 12; GS 19; LG 48) e a transmissão da Re-

42 FERRARI, 2005, p. 235, cita conferência de L. Alonso Schökel por ocasião dos vinte anos da DV. *Texto pro manuscripto*.

43 THURIEN, M. Un acte oecuménique du concile: le vote de Constitution dogmatique sur la révélation. *Verbum caro*, 1965, v. 19, p. 6; CULLMANN, Oscar. La place de la Bible au Concile. *Foi et vie*, v. 63, p. 257, 1964.

velação confiada à Igreja (p. ex., LG 15; 48; 50; CD 6; 12 *et seq.*; PO 4) são destaques no Vaticano II, o que vem complementado nos demais documentos, como exemplificado acima.

A dimensão antropológica é outro tema retomado por diversos documentos conciliares. O Concílio conjuga o mistério de Deus com o mistério do homem: Cristo esplende a nós a profunda verdade, seja de Deus, seja da salvação dos homens (DV 2). A Constituição *Gaudium et Spes* abre-se com o reconhecimento de uma correlação entre a revelação divina e a experiência humana e afirma que “na luz desta revelação encontram juntas a sua razão última, seja a sublime vocação, seja a profunda miséria que os homens experimentam” (GS 13). *Ad Gentes* afirma que a autorrevelação de Deus em Cristo está em correlação com a condição humana e suas esperanças (AG 8).

8.8 Alguns desenvolvimentos pastorais e o ecumenismo da *Dei Verbum*

Em liturgia, o influxo inspirador da *Dei Verbum* sobre a constituição *Sacrosanctum Concilium* foi seguramente decisivo, embora esse documento fosse publicado no início

do Concílio (4 de dezembro de 1963). Para o progresso e a adaptação da liturgia reconhece-se necessário que venha favorecido o conhecimento da Sagrada Escritura (SC 24) e uma maior abundância das leituras (SC 35).

Não é um exagero definir como um “sinal dos tempos” a contribuição da DV ao caminho ecumênico. O reconhecimento do longo caminho de pesquisa bíblica católica e protestante foi motivo de satisfação. Também foi motivo de contentamento o fato de que a DV encorajou uma mais ampla familiaridade com a Palavra de Deus em cada campo da vida da Igreja. Em 1969 foi criada a *World Catholic Federation for the Biblical Apostolate*, um acordo histórico com a *United Bible Societies*, de fisionomia sobretudo protestante, precisado e confirmado em 1987, depois de anos de preparação. Seguiram-se diversas iniciativas e conferências mundiais, sobre diversos temas, como hermenêutica, autoridade da Bíblia e significado do Antigo Testamento em relação ao Novo. Nota-se que as indicações do Capítulo III (DV 13) sobre o problema interpretativo foram decididamente superadas e retomadas pelo documento “A interpretação da Bíblia na Igreja”, da Pontifícia Comissão Bíblica. O ecumenismo lançado na DV, porém, predispõe a uma comunidade hermenêutica universal, que “valoriza

harmonicamente a diversidade, mas também supera e vence as parcialidades facciosas e sectarismos, para que o intérprete humano se torne mais adequado à transcendente riqueza da Palavra de Deus e da sua verdade”.⁴⁴

8.9 Um problema aberto: revelação, diálogo inter-religioso e culturas

A *DV* não se ocupou diretamente da relação revelação-religiões não cristãs nem do seu valor salvífico, mas forneceu importantes elementos a este respeito à reflexão teológica.⁴⁵ O Vaticano II, porém, afirma que nas tradições religiosas não cristãs existem “coisas verdadeiras e boas” (*OT* 16), “coisas preciosas religiosas e humanas” (*GS* 92), “germes de contemplação” (*AG* 18), “elementos de verdade e de graça” (*AG* 9), “sementes do Verbo” (*AG* 11; 15), “raios daquela verdade que ilumina todos os povos” (*NA* 2 *et seq.*, *AG* 11). Mais analítica-

44 SARTORI, L. La Biblia nel Cammino ecumenico. In: SEGALLA, G. (Ed.). Cento anni di studi biblici (1893-1993). L'interpretazione della Bibbia nella Chiesa. Convegno di studio: Padova, 17-18 febbraio, 1994. *Studia Patavina*, v. 41, p. 1-186, 1994.

45 Cf. DUPUIS, Jacques. Vie divine di salvezza o espressioni dell'uomo religioso? In: VV. AA., *Cristianesimo e religione*. Milano: Glossa, 1992, p. 121-125.

mente, podem encontrar-se não poucos passos conciliares que referem mais ou menos explicitamente este tema.

A falta do tratamento explícito da *DV* do tema das religiões não cristãs em relação à revelação deixou alguns nós problemáticos, como, por exemplo, a pretensa universalidade salvífica do cristianismo com as particularidades históricas da revelação cristã. São argumentos que pressupõem a definição da “diferença” entre a revelação na Igreja e a manifestação da experiência religiosa universal.⁴⁶ Pode-se pensar numa ulterior clarificação sobre a relação entre Jesus Cristo “mediador e plenitude da revelação” (*DV* 2) e a assim chamada “revelação cósmica”. As diferentes concepções são retomadas pela Comissão Teológica Internacional e revelam-se um ponto de diálogo, de conflitos e intervenções do Vaticano.⁴⁷

46 Cf. LOTZ, *Rivelazione*, 1887, p. 1197-1216; FISICHELLA, *Gesù*, 1998, p. 71-84.

47 COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, *Religiões*, 1997. DUPUIS, *Op. cit.*, p. 121-125, classifica numa tipologia dupla o mistério de Cristo nas religiões: alguns teólogos movem-se numa linha de “cumprimento”, como J. Daniélou, H. de Lubac, H. U. von Balthasar, para os quais as ações de Cristo alcança diretamente os fiéis de outras religiões, mas não teriam participação na salvação suas práticas culturais, normas morais e ensinamentos; outros numa linha de “presença”, como K. Rahner, H. R. Schlette, A. Röper, R. Panikkar, G. D'Costa, para os quais as mesmas tradições religiosas

O tema das culturas também não foi tomado em consideração na DV, mas aparece na GS, cujo texto mais significativo está no nº 58, que assinala as relações entre salvação e culturas, além de noutros documentos pontualmente (p. ex., LG 17; AG 11; 15). Embora a categoria “cultura” seja central no Vaticano II, o que se pode notar é que o caminho das relações entre religiões e culturas traçado pelo Concílio ainda permaneceu quase inteiramente por percorrer, mesmo se na história milenar da Igreja não faltaram precedentes significativos, como nos Padres.

Referências Bibliográficas

ACTA APOSTOLICAE SEDIS, v. 45, p. 792, 1962.

ALBERIGO, G.; MELLONI, A. (Eds.). *Verso il Concilio Vaticano II (1960-1962). Passaggi e problemi della preparazione conciliare*. Genova: Marietti, 1993. p. 273-343.

BEA, Augustin. *The Word of God and Mankind*. Chicago: Franciscan Herald Press, 1967.

ALONSO SCHÖKEL, Luís (Org.). *Comentários a la Constitución Dei Verbum sobre la revelación*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2012.

dos povos desenvolveriam uma mediação eficaz do mistério da salvação. Consta que na segunda linha, em que se situa Dupuis, participam teólogos brasileiros e latino-americanos da libertação, como Faustino Teixeira.

BERTULETTI, A.; SEQUERI, P. La rivelazione como “principio” della ragione teologica. In: FACOLTA TEOLOGICA DELL'ITALIA SETTENTRIONALE. *La teologia italiana oggi*. Brescia: La Scuola; Morcelliana, 1979. p. 149-193.

BIANCHI, Enzo. The Centrality of the Word of God. In: ALBERIGO, Giuseppe; JOSSUA, Jean-Pierre; KOMONCHAK, Joseph A. (Ed.). *The Reception of Vatican II*. Washington: Catholic University Press, 1987.

BURIGANA, R. *Introduzione [Storica]*. In: PACOMIO, L.; BURIGANA, R., *Dei Verbum: Per il 40° anniversario del Concilio Vaticano II*. Casale Monferrato: Piemme, 2001, p. 9-57.

CATHOLIC CHURCH. COMMISSIO CENTRALIS PRAEPARATORIA CONCILII VATICANI II. *Acta et documenta Concilio Oecumenico Vaticano II apparando*. Roma: Typis Polyglottis Vaticanis, v. 4, n. 1/1, p. 1-119, 7 aprile 1960.

CONFERENZA EPISCOPALE ITALIANA. *Enchiridion CEI: Decreti, dichiarazioni, documenti pastorali per la Chiesa italiana (1996-2000)*. Bologna: Dehoniane, 2002. v. 6.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *O Cristianismo e as religiões*. São Paulo: Loyola, 1997.

CULLMANN, Oscar. *La place de la Bible au Concile. Foi et vie*, 1964, v. 63, p. 257.

DHAVAMONY, M., *Religione e rivelazione*. In: FISICHELLA, R. (Ed.). *Gesù Rivelatore: Teologia fondamentale*. Casale Monferrato: Piemme, 1988. p. 71-84.

DUPUIS, Jacques. *Vie divine di salvezza o espressioni dell'uomo religioso?* In: VV. AA. *Cristianesimo e religione*. Milano: Glossa, 1992.

ENCHIRIDION BIBLICUM. *Documenti della Chiesa sulla Sacra Scrittura*. Edizione bilingue. 3.ed. Bologna: EDB, 2004.

FERRARI, Pier Luigi. *La Dei Verbum*. Brescia: Queriniana, 2015.

FISICHELLA, R. (Ed.). *Gesù Rivelatore*: Teologia fondamentale. Casale Monferrato: Piemme, 1988.

_____. (Ed.). *Il Concilio Vaticano II*: Ricezione e attualità alla luce del Giubileo. Cinisello Balsamo (Mi): San Paolo, 2000.

GRELOT, Pierre. La Constitution sur la Révélation. I. La préparation d'un schéma conciliaire. *Études*, v. 1, p. 99, 1966.

JOÃO PAULO II. Carta pastorale *Tertio Millennio Adveniente*. São Paulo: Loyola, 1994.

LATOURELLE, René. (Ed.). *Vaticano II*: Bilancio e prospettive. Venticinque anni dopo (1962-1987). 2 v. Assisi: Cittadela, 1987.

LOTZ, J. B., Rivelazione, religioni ed esperienza religiosa. In: LATOURELLE, René. (Ed.). *Vaticano II*: Bilancio e prospettive. Venticinque anni dopo (1962-1987). 2 v. Assisi: Cittadela, 1987. p. 1197-1216.

LUBAC, Henri de. *La Rivelazione divina e il senso dell'uomo*: commento alle costituzioni conciliari *Dei Verbum* e *Gaudium et Spes*. Milano: Jaca Books, 1975.

MARTINA, Giacomo. A novant'anni dalla fondazione del Pontificio Istituto Biblico. In: *Archivum Historiae Pontificiae*, n. 37, p. 129-160, 1999.

MENOZZI, D. L'Anticoncilio (1966-1984). In: ALBERIGO, G.; JOS-SUA, J. *Il Vaticano II e la Chiesa*. Brescia: Paideia, 1985. p. 433-464.

MURPHY-O'CONNOR, Jerome. (Ed.). *Cent'anni di esegesi*, II: Il Nuovo Testamento. L'École Biblique di Gerusalemme. Bologna: EDB, 1992.

O'COLLINS, Gerald. *Il Ricupero della teologia fondamentale*: i tre stili della teologia contemporanea. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1996.

PACOMIO, L.; BURIGANA, R., *Dei Verbum*: Per il 40° anniversario del Concilio Vaticano II. Casale Monferrato: Piemme, 2001, p. 9-57.

PASTOR, Federico. Escritura y Teología. In: ALONSO SCHÖKEL, Luís (Dir.). *Comentários a la Constitución Dei Verbum sobre la revelación*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2012, p. 725-751.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A interpretação da Bíblia na Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1994.

POTTERIE, Ignace de la. et al. *L'esegesi Cristiana oggi*. Casale Monferrato: Piemme, 1991.

RATZINGER, Joseph. L'interpretazione biblica in conflitto: problemi del fondamento ed orientamento dell'esegesi contemporanea. In: POTTERIE, Ignace de la. et al. *L'esegesi Cristiana oggi*. Casale Monferrato: Piemme, 1991. P. 93-127.

_____. *Theological Highlights of Vatican II*. Mahwah: Paulist Press, 1966.

RUIZ, Gregorio. Historia de la Const. "Dei Verbum". In: ALONSO SCHÖKEL, Luís (Dir.). *Comentários a la Constitución Dei Verbum sobre la revelación*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2012, p. 3-99.

SARTORI, L. La Bibbia nel cammino ecumenico. In: SEGALLA, G. (Ed.). *Cento anni di studi biblici* (1893-1993). L'interpretazione della Bibbia nella Chiesa. Convegno di studio: Padova, 17-18 febbraio, 1994. *Studia Patavina*, v. 41, p. 1-186, 1994.

THURIEN, M. Un acte oecuménique du concilie: le vote de Constitution dogmatique sur la révélation. *Verbum caro*, v. 19, p. 6, 1965.

VANHOYE, A. La Parola di Dio nella vita della Chiesa. La ricezione della Dei Verbum. In: FISICHELLA, Rino. (Ed.). *Il Concilio Vaticano II*: Ricezione e attualità alla luce del Giubileo. Cinisello Balsamo (Mi): San Paolo, 2000.

WITHERUP, Ronald. D. *Scripture*: Dei Verbum. Mahwah: Paulist Press, 1986.

VV. AA., *Cristianesimo e religione*. Milano: Glossa, 1992.

Cadernos Teologia Pública

- N. 1 *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Konings, SJ
- N. 2 *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- N. 3 *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- N. 4 *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
- N. 5 *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- N. 6 *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- N. 7 *Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- N. 8 *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- N. 9 *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- N. 10 *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- N. 11 *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- N. 12 *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- N. 13 *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- N. 14 *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- N. 15 *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- N. 16 *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- N. 17 *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 18 *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess
- N. 19 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
- N. 20 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
- N. 21 *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel
- N. 22 *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade de cristãos* – Jacques Arnould
- N. 23 *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

- N. 24 *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
- N. 25 *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
- N. 26 *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
- N. 28 *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
- N. 30 *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
- N. 31 *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier
- N. 32 *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
- N. 34 *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes
- N. 36 *Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois* – Joseph Comblin
- N. 37 *Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla* – João Batista Libânio
- N. 38 *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas* – Peter C. Phan
- N. 39 *Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo* – Paulo Suess
- N. 40 *Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha* – Benedito Ferraro
- N. 41 *Espiritualidade cristã na pós-modernidade* – Ildo Perondi
- N. 42 *Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta* – Ildo Perondi
- N. 43 *A Cristologia das Conferências do Celam* – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 *A origem da vida* – Hans Küng
- N. 45 *Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga* – Maria Cristina Giani
- N. 46 *Ciência e Espiritualidade* – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 *Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana* – Antônio Cechin
- N. 48 *Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff* – Águeda Bichels
- N. 49 *Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos* – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 *“Ite, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão* – Cesare Giraudou, SJ
- N. 51 *O Deus vivo em perspectiva cósmica* – Elisabeth A. Johnson
- N. 52 *Eucaristia e Ecologia* – Denis Edwards
- N. 53 *Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje* – José A. Zamora
- N. 54 *Mater et Magistra – 50 Anos* – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo

- N. 55 *São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I* – Daniel Marguerat
- N. 56 *Igreja Introversa: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum”* – Andrea Grillo
- N. 57 *Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã* – Elizabeth A. Johnson
- N. 58 *As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo* – Christoph Theobald
- N. 59 *Deus e a criação em uma era científica* – William R. Stoeger
- N. 60 *Razão e fé em tempos de pós-modernidade* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 61 *Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura* – Karl-Josef Kuschel
- N. 62 *Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição* – Luigi Perissinotto
- N. 63 *A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico* – Felix Wilfred
- N. 64 *Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea* – François Euvé
- N. 65 *O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade* – Marco Lucchesi
- N. 66 *Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno* – Mary E. Hunt
- N. 67 *Silêncio do deserto, silêncio de Deus* – Alexander Nava
- N. 68 *Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites* – Jean-Louis Schlegel
- N. 69 *(Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual* – Degislando Nóbrega de Lima
- N. 70 *Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet* – Moisés Sbardelotto
- N. 71 *Rumo a uma nova configuração eclesial* – Mario de França Miranda
- N. 72 *Crise da racionalidade, crise da religião* – Paul Valadier
- N. 73 *O Mistério da Igreja na era das mídias digitais* – Antonio Spadaro
- N. 74 *O seguimento de Cristo numa era científica* – Roger Haight
- N. 75 *O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa* – Peter C. Phan
- N. 76 *50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro* – José Maria Vigil
- N. 77 *As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja* – Christoph Theobald
- N. 78 *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã* – George V. Coyne
- N. 79 *Papa Francisco no Brasil – alguns olhares*
- N. 80 *A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades* – André Wénin
- N. 81 *Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II* – Victor Codina
- N. 82 *O lugar da mulher nos escritos de Paulo* – Eduardo de la Serna
- N. 83 *A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel* – Élcio Verçosa Filho

- N. 84 *O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota”* – Renato Ferreira Machado
- N. 85 *Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica* – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo
- N. 86 *Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II* – Peter C. Phan
- N. 87 *O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25* – André Wénin
- N. 88 *Política e perversão: Paulo segundo Žižek* – Adam Kotsko
- N. 89 *O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39* – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 *A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer* – John W. O’Malley
- N. 91 *Religiões brasileiras no exterior e missão reversa* – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
- N. 92 *A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek* – Adam Kotsko
- N. 93 *O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas* – José Oscar Beozzo
- N. 94 *Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco* – John O’Malley
- N. 95 *“Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente* – Massimo Faggioli
- N. 96 *As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral Gaudium et spes: por uma fé que sabe interpretar o que advém* – Aspectos epistemológicos e constelações atuais – Christoph Theobald
- N. 97 *500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas* – Vítor Westhelle
- N. 98 *O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja* – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo – Gilles Routhier
- N. 99 *Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori
- N. 100 *O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da Gaudium et Spes* – Afonso Murad
- N. 101 *Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo* – Elias Wolff



Flávio Martinez de Oliveira é doutor (2008) e mestre (1992) em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma. Mestre em Saúde e Comportamento pela Universidade Católica de Pelotas (1999). Professor do Instituto de Teologia Paulo VI e da Universidade Católica de Pelotas. Diretor do Instituto Superior de Cultura Religiosa da Universidade Católica de Pelotas. Os principais interesses de pesquisa são: Teologia Bíblica, História de Israel, Literatura Joanina, *Corpus Paulino*, Teologia e Saúde, Cultura Religiosa.

Algumas obras do autor

OLIVEIRA, Flávio Martinez de. Paulo, hermenêutica e ecologia. Rm 8,18-23; Cl 1,15-20 e Rm 1,18-32. *Estudos Bíblicos*, v. 30, p. 43-73, 2013.

_____. A violência no Novo Testamento. *Razão e Fé*, v. 14, p. 15-30, 2012.

_____. Corpo, corporeidade, pessoa e personalidade em filosofia e teologia. *Razão e Fé*, v. 13, p. 21-81, 2011.

_____. *Bíblia, mito, ciência e literatura: uma abordagem interdisciplinar da História das Origens em Genesis 1-11*. Pelotas: Educat, 1998.

_____. *Experiência de Deus*. Pelotas: Educat, 1996.

_____. *Pastoral popular libertadora*. Porto Alegre: EST, 1980.

